

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – HIS

SABRINA COSTA DE SOUSA

**O PTB, AS REFORMAS DE BASE E O IDEÁRIO SOCIAL-DEMOCRATA:  
UMA LEITURA INCIPIENTE (1945-1964)**

Brasília  
2021

SABRINA COSTA DE SOUSA

(15/0021569)

**O PTB, AS REFORMAS DE BASE E O IDEÁRIO SOCIAL-DEMOCRATA:  
UMA LEITURA INCIPIENTE (1945-1964)**

Artigo apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Título de Graduação em História, com grau de Licenciada e Bacharel.

Orientadora: Profa. Dra. Albene Miriam Menezes Klemi

Brasília  
2021

# O PTB, AS REFORMAS DE BASE E O IDEÁRIO SOCIAL-DEMOCRATA: UMA LEITURA INCIPIENTE (1945-1964)<sup>1</sup>

Sabrina Costa de Sousa

## RESUMO

O presente artigo investiga os ideários trabalhista e social-democrata, de forma incipiente. A abordagem do tema concentra-se na trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), desde a sua fundação e, especificamente, no período do governo do presidente da República João Goulart, membro histórico dessa agremiação que tentou modernizar e desenvolver o Brasil por meio de reformas estruturais, as chamadas reformas de base, em um contexto democrático. O ensaio aspira também considerar possível ocorrência de paralelos entre o ideário trabalhista do PTB e o da social-democracia. Nesse sentido, faz-se uma explanação breve sobre o ideário social-democrata e coteja-se alguns de seus aspectos com as proposições do trabalhismo, particularmente ao que diz respeito às reformas de base. Conduziu o tratamento da problemática, a asserção de que o ideário social-democrata não se assentou no país. A pesquisa que embasa a linha de argumentação é de natureza qualitativa e o procedimento de levantamento de informações envolveu uma pesquisa bibliográfica. O artigo conclui que, guardadas as devidas prudências, é possível traçar alguns paralelos entre esses dois ideários.

**Palavras-chave:** PTB; Reformas de Base; Ideários trabalhista e social-democrata.

## ABSTRACT

This article investigates the labor and social-democratic ideas, in an incipient way. The approach of the theme focuses on the trajectory of the Brazilian Labor Party (PTB), since its foundation and, specifically, during the period of the government of the President of the Republic João Goulart, a historical member of this association that tried to modernize and develop Brazil through structural reforms, the so-called basic reforms, in a democratic context. The essay also aspires to consider the possible occurrence of parallels between the PTB's labor ideology and the social democracy one. In this sense, a brief explanation of the social-democratic ideas is made and some of their aspects are compared with the propositions of labor, particularly with regard to basic reforms. He conducted the treatment of the problem, the assertion that the social-democratic ideology was not based in the country. The research that supports the line of the argument is of a qualitative nature and the procedure for gathering information involved a bibliographic research. The article concludes that, with due care, it is possible to draw some parallels between these two ideas.

**Keywords:** PTB; Basic Reforms; Labor and social-democratic ideologies.

---

<sup>1</sup> Para minha mãe, Santa Divina Balbino da Costa – *In Memoriam*. À minha irmã Fabíula, à minha orientadora – Profa. Albene Klemi, à UnB e aos amigos que estiveram ao meu lado nesta trajetória acadêmica, meu muito obrigada.

## Introdução

A oligarquia política, a hierarquização das classes e as campanhas baseadas na personificação marcam os processos políticos do Brasil até hoje. Este último atributo, é um estigma, geralmente, atribuído em particular ao período republicano de 1945 a 1964, no qual o populismo ganhou definição. Todavia, a nova historiografia do Brasil Republicano desmistifica essa tese quando aponta que - apesar do vínculo com o sistema partidário estadonovistas e da Primeira República - o período avançou na construção da democracia representativa e em direção à ampliação de direitos de cidadania (GOMES; FERREIRA, 2018). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado em 1945, expressa essas assertivas.

Esta organização surgiu com o fim do Estado Novo e esteve fortemente atrelada ao getulismo. Mas com a morte de Vargas, em 1954, e com a ascensão de João Goulart ao governo federal, em 1961, o PTB passa a ter contornos mais centrados em seu programa nacionalista-reformista, conhecido principalmente pelas Reformas de Base (reformas agrária, bancária, fiscal, urbana, administrativa e universitária).

O partido trabalhava em um conjunto de ações que visavam promover alterações nas estruturas econômica, social e política, a fim de superar o subdesenvolvimento e diminuir as desigualdades sociais no Brasil. Este perfil é reflexo de sua doutrina trabalhista-reformista, cuja ascendência encontra-se na teoria de Alberto Pasqualini, a qual defendia mudanças graduais, não insurrecionais, dentro da estrutura democrática. Essas premissas, designadas como Socialismo Evolutivo<sup>2</sup>, assemelham-se aos ideais dos sociais-democratas, da Social Democracia europeia.

Este artigo objetiva analisar como o PTB transitou por suas diversas vertentes internas até se constituir no partido com potencial para transformar a estrutura organizacional da sociedade brasileira, valendo-se da democracia como meio e fim. Para fundamentar, faz necessário apoiar-se nos trabalhos de estudiosos como Lucília Delgado, Roberto Bitencourt da Silva, Adam Przeworski, José Cabrera, entre outros.

---

<sup>2</sup> Categoria que designa o “socialismo” no pensamento de Pasqualini. Esse termo é empregado, por exemplo, por Roberto Bitencourt da Silva, em: *O PTB (1945-1964): suas tendências políticas internas e a hegemonia do diretório sul-riograndense*. Nº 7. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, 2011.

Ainda que o ideário social-democrata não tenha existido no contexto brasileiro, do período em foco, levanta-se a hipótese de que as propostas de mudanças contidas nas reformas petebistas, encampadas pelo governo de João Goulart, guardam algumas semelhanças com o ideário da social-democracia no que tange a alternativa reformista do capitalismo sob um regime democrático. A partir desse estudo, busca-se traçar possíveis paralelos entre as Reformas de Base e o chamado revisionismo do ideário social-democrata.

A abordagem do tema está dividida em três partes. A primeira trata sobre a formação do partido e construção da sua doutrina, assim como, as divergências que permeavam a agremiação. Discorre, também, sobre a herança trabalhista sob direção de uma nova geração petebista, personificada nas figuras de João Goulart e Leonel Brizola. A relação do partido com a massa trabalhadora e seu caráter reformista. Enfim, apresenta o programa de reformas e seus aspectos progressistas.

O segundo item dedica-se a pincelar diretrizes do ideário social-democrata. Para tentar entendê-lo, tomou-se a Social-Democracia Alemã como referência. Além disso, delinea-se a problemática da social-democracia no Brasil, destacando as principais dificuldades e dilemas na recepção do seu ideário e conseqüente inviabilidade de poder se consolidar no país.

Por último, procura-se identificar possíveis afinidades entre o nacionalismo-reformismo e o distributivíssimo petebista no tocante à proposta do Governo João Goulart e o ideário da social-democrata. Finalmente, nas considerações finais salienta-se que foi possível traçar alguma comparação entre o trabalhismo e a social-democracia no plano retórico, e ressalta-se que o escopo deste trabalho tem um duplo caráter incipiente; primeiramente por ser realizado por uma iniciante nas lides da pesquisa acadêmica, por outro lado, pelo fato da proposta de tentar traçar paralelos entre as ideias do trabalhismo em seu recorte dos anos do governo Goulart e o ideário social-democrata carece de atenção na historiografia.

### **O PTB sob a égide varguista**

Ano de 1945, fim da Segunda Guerra Mundial, reconstrução da Ordem Mundial, início da polarização entre dois blocos antagônicos que iriam marcar não somente o

contexto internacional, como dos países, de modo geral. No processo histórico brasileiro, o ano de 1945 pode ser considerado emblemático, posto firmar a transição da ditadura do Estado Novo varguista para o regime democrático. Trata-se de uma ‘transição tutelada’ em uma sociedade “mobilizada em dois campos antagônicos” (FERREIRA, 2008, p. 15) – prol Getúlio Vargas, o ditador em seu ocaso, e a oposição. Tornou-se, assim, um marco cronológico relevante ao abranger o fim do Estado Novo e, por conseguinte, estabelecer o retorno do país ao estado de direito (FLEICHER, 2007). Pressionado pelos grupos de oposição, Getúlio Vargas percebeu a possibilidade de sua queda enquanto ditador e passou a desempenhar papel fundamental na transição da ditadura para o novo regime<sup>3</sup>, o que lhe permitiu adotar uma série de medidas para a manutenção do seu maquinário político.

Antes que a democracia representativa fosse instaurada, eleições gerais para a presidência da República foram convocadas para 2 de dezembro de 1945. Para tanto, fez-se necessário a recomposição do sistema eleitoral e partidário. O desenho, em termos jurídicos, dos novos partidos foi dado pelo Decreto-Lei Nº 7.586 (28/05/1945), também conhecido como Lei Agamenon, Código Eleitoral de 1945, que no seu Título II – Dos Partidos Políticos – no Art.109, define o que vem a ser partido político e estabelece outros requisitos para a criação de novos partidos políticos. Doravante os partidos deveriam ser organizados em âmbito nacional, uma novidade na legislação brasileira. Isso também proporcionou a ampliação do acesso popular à participação política. A formação do pluripartidarismo contou com dois partidos, de alguma forma, ligados a Vargas – Partido Social Democrático (PSD) e a associação diretamente varguista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os quais representavam os seus alicerces: à direita, o PSD reunia os interesses dos donos de terras e da burguesia comercial; à esquerda, o PTB agia como responsável por manter o vínculo com os sindicatos e angariar apoio dos trabalhadores.

O PTB foi uma construção de meados da década de 40, concretizada em 15 de maio de 1945, dentro do Ministério do Trabalho de Marcondes Filho, “O grande e

---

<sup>3</sup> Das medidas tomadas por Getúlio Vargas no processo de “transição tutelada” para a ordem democrática, destacam-se, a Lei Nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, oficialmente denominada Lei Constitucional Nº 9, que altera a Constituição Federal de 1937 e divulga a realização de eleições, dentre outras medidas democratizantes. E o DEC-Lei 7.474, de 18/03/1945 que concede anistia e restitui os direitos políticos aos que tinham se envolvidos em crimes políticos desde julho de 1934 – da data da promulgação da Constituição Federal de 1934 – até a data do decreto em tela.

primeiro articulador do partido, último Ministro do Trabalho do Estado Novo” (DELGADO, 1989, p. 57). Segundo Moniz Bandeira (1978, p. 28), a origem do partido liga-se aos estertores da ditadura varguista e entrelaça-se com o proletariado e o Estado Novo:

O PTB nasceu numa das vertentes da ditadura de Vargas, quando o Estado Novo agonizava, e alicerçou sua organização no proletariado, apesar dos elementos pequeno-burgueses e das peculiaridades regionais que o influenciaram. O aparelho sindical, montado a partir de 1930, serviu-lhe como ossatura, tornando-se o Ministério do Trabalho, na ausência de uma central operária, sua fonte de poder.

O caminho percorrido pelo partido, até 1965 (quando, no Brasil, as agremiações políticas foram extintas por outra ditadura), está indissolavelmente ligado ao trabalhismo. Angela de Castro Gomes (2007, p. 65) reflete:

[...] a definição dos conteúdos do trabalhismo se tornou um acirrado campo de disputas, além de sofrer transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, ele foi sendo associado ao sindicalismo, a getulismo, a nacionalismo, a socialismo, a reformismo, a corporativismo, à democracia social e até mesmo a comunismo.

O ideário do partido, o trabalhismo, tem liames que remetem ao universo cultural dos trabalhadores na Primeira República, como registra Roberto Bitencourt da Silva na sua tese doutoral. Assim, esse ideário, de acordo com Silva, “era composto de aspirações, valores e princípios que circulavam no imaginário social dos estratos populares, antes mesmo da criação do PTB” (SILVA, 2012a, p. 91). Ainda segundo Silva (2012a), “os trabalhadores organizados em sindicatos constituíram, essencialmente, as suas bases, tendo as suas lideranças ocupado papel de relevo na formação partidária.” (SILVA, 2012a, p. 97). Na realidade, o partido tinha dupla característica pois, além de trabalhista, era também nacionalista (DELGADO, 1989).

Quanto à influência de Vargas sobre o partido, Delgado (1989, p. 57) observa:

O Partido Trabalhista Brasileiro canalizaria de forma institucional o carisma pessoal de Vargas. Acoplado a tudo que o getulismo representava: paternalismo, assistencialismo, controle, nacionalismo e capacidade de mobilização e conciliação social. O PTB ficaria por um longo período dependente da trajetória política e pessoal de Vargas.

Desse modo, devido à sua origem, o PTB herdou o trabalhismo e o getulismo do Estado Novo, e ao debutar, veio a ser um esteio para o movimento de massa chamado queremista, lançado naquele mesmo maio, que defendia a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte com Getúlio Vargas na presidência da República. A princípio, seus propósitos consistiam em: “preservar os poderes da ordem anterior no novo cenário nacional; ser anteparo contra o avanço do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, por fim, preservar o carisma e influência personalista de Vargas sobre a massa trabalhadora” (DELGADO, 1989, p. 33).

O Partido Trabalhista Brasileiro era heterogêneo: reunia lideranças sindicais, profissionais liberais, políticos profissionais, empresários, latifundiários e líderes progressistas. Com tão vasta gama de perfis, criou-se dentro da agremiação, ao longo da sua trajetória, três correntes básicas: os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas e os pragmáticos reformistas (DELGADO, 1989; SILVA, 2012a). Cada qual com sua própria percepção do trabalhismo.

Os "pragmáticos-getulistas" eram burocratas estadonovistas, que disputavam cargos e benefícios (clientelismo), e repudiavam o conflito social. Para eles, o PTB funcionava como componente de uma estratégia político-partidária de preservação do poder varguista. Era instrumento de alianças políticas e eleitorais. Sua hegemonia no partido data dos primeiros anos de atuação do PTB, se estendendo de 1945 até, mais ou menos, 1954. Sua principal referência foi o próprio Getúlio Vargas. Lucília Delgado (1989, p. 61) aponta os dois suportes desse grupo:

- 1 – A estrutura do Ministério do Trabalho com seus tentáculos sindicais e previdenciários, o que lhes garantiu uma eficaz infraestrutura para penetração junto aos diversos segmentos de trabalhadores assalariados urbanos;
- 2 – A doutrina do Partido Trabalhista Inglês, que coloriu com tons de eficácia e "neutralidade", o pragmatismo e o fisiologismo do PTB.

Para os "doutrinários-trabalhistas", o PTB deveria se organizar sobre uma doutrina trabalhista socializante, independente de carismas pessoais (apesar de reconhecerem a importância da figura de Vargas para a consolidação do partido) e com maior desvinculação do aparelho de Estado. Esse grupo via o partido como meio para implementação de reformas sociais com tendência esquerdista. Seus membros



buscavam uma identidade própria, eram avessos à esquemas de alianças e coligações partidárias e defendiam uma mobilização policlassista (DELGADO, 1989).

Entre os doutrinários, destacaram-se Alberto Pasqualini, Lúcio Bittencourt e Fernando Ferrari. Eles acreditavam no partido como um instrumento para garantir que se realizassem reformas sociais mais amplas e uma forma de desenvolver no Brasil uma mentalidade trabalhista. Sobre esse posicionamento, assim se expressava um dos nomes mais referenciado do grupo, Alberto Pasqualini (1958, p. 48):

Nosso problema não é apenas vencer uma eleição e controlar o governo; nosso problema é criar uma mentalidade social que facilite o uso dos meios que o poder oferece para realizar o programa que defendemos.

A influência dos doutrinários-trabalhistas no PTB começou em torno de 1948, com Alberto Pasqualini, e se estendeu até a década de 1960, com Sérgio Magalhães e San Tiago Dantas.

Os pragmáticos reformistas mostram-se presentes, de alguma forma, desde o início dos anos cinquenta na vida partidária e, paulatinamente, ocuparam espaço no partido, até que, por volta de 1960, sucederam a fração programática getulista, corrente das lideranças originárias, e passam a ser a ala hegemônica do PTB (DELGADO, 1989). Essa fração petebista era composta, principalmente de novos membros que se incorporaram ao partido, a partir da segunda metade da década de 50, oriundos, também, de setores de profissão liberal, representavam uma convergência de propostas que englobava traços do getulismo e do trabalhismo dos primórdios. Recepcionaram a ideia de atuação junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), em contraposição aos primeiros tempos<sup>4</sup>. Silva (2012a, p. 104-105) argumenta que essa é

---

<sup>4</sup> Segundo Alzira Alves de Abreu (2010), o IV Congresso do PCB, em 1954, no Estado de São Paulo, possibilitou a aproximação entre PCB e o PTB. No evento, foi aprovado o novo programa do Partido Comunista Brasileiro, com o aprofundamento do Manifesto de Agosto. A reformulação do programa foi impactada pelo suicídio de Vargas. Os novos estatutos e programa do PCB defendiam uma frente única, na qual participariam a burguesia industrial nacional e o proletariado. Para os comunistas, a frente única seria um mecanismo capaz de fomentar o desenvolvimento industrial, emperrado pelo latifúndio e pelo imperialismo. O PCB comandaria esse desenvolvimento por intermédio de uma república democrática popular, que proporcionaria um Estado democrático popular. Esse aspecto nacionalista foi evidenciado, especialmente, quando ocorreu a coalizão do PCB e PTB. Outro evento marcante na trajetória do PCB foi a dissensão interna, que originou o PCdoB, a partir das determinações do V Congresso. Tal divisão foi provocada por acontecimentos internacionais (anos finais da década de 50 e meados dos anos 60), como: Revolução Cubana; as mudanças de orientação política externa da União Soviética e a emergência da China como autoridade na esfera comunista. Nesse contexto, o PCB dedicou-se à luta pela permanência do partido na legalidade, à retomar as relações com os soviéticos e à atuação arrojada, ao lado do PTB, em prol das reformas de base e da posse de João Goulart à Presidência da República.

Uma geração que sucedeu às lideranças originárias do PTB, assimilando conhecimentos socializados e práticas encetadas tanto no interior do partido quanto nas funções ocupadas pelos ‘mestres’ em demais instâncias sociais e políticas. Nesse sentido, é legítimo argumentar que o partido teve a capacidade de se perpetuar para além da figura de Vargas. O realismo e o idealismo político se fundem nessa ala.

Essa fração partidária é debitária das experiências e propostas de Vargas e de Pasqualini. Seus principais representantes, no plano nacional foram João Goulart e Leonel Brizola (SILVA, 2012a).

Em relação ao programa do partido, assinala-se que era “composto por 30 pontos – 27 dos quais dedicados a objetivos socioeconômicos”, como aponta Maria Celina D’Araújo (1996, p. 28). Cabe destacar como traço marcante da sigla o anti-imperialismo, a defesa do desenvolvimento nacional e o intento em ampliar as conquistas trabalhistas. Essas bandeiras são elementos da ideologia principal do partido: o trabalhismo, interpretado por alguns pesquisadores como inspirado no modelo do Partido Trabalhista Inglês (BATISTELLA, 2014). A corrente foi inicialmente atrelada à imagem de Vargas, em função da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por um certo período, a atuação do partido foi limitada à pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio da qual se utilizava das lideranças sindicais e dos organismos previdenciários (GOMES, 2005).

Nesse sentido, para Angela de Castro Gomes (2005), a invenção do trabalhismo no Brasil consiste no Estado (e Vargas) como benfeitor dos trabalhadores que, em contrapartida, estabelecem um pacto de lealdade para com o ex-presidente e, conseqüentemente, com o PTB. Com Getúlio, a agremiação servia para mobilizar os trabalhadores e, ao mesmo tempo, mediar e apaziguar conflitos sociais, para o controle do Estado sobre os segmentos populares.

A trajetória do partido, no que tange às primeiras eleições marcadas pelo retorno ao estado de direito, incluiu a candidatura e eleição de Eurico Gaspar Dutra para a presidência da República, em 1945, como candidato do PSD, pela aliança PSB-PTB. Nessa eleição, para a Câmara dos Deputados, o partido elegeu 22 deputados; e conseguiu colocar no Senado Federal, Getúlio Vargas e Alexandre Marcondes Filho que contribuíram para a formação do partido como terceira bancada da Constituinte. Esse sucesso no Congresso é atribuído "ao aparelho sindical montado por Getúlio, que

oferecia uma base organizacional urbano-industrial utilizada com êxito pelo PTB" (FERREIRA, 2010, n.p.).

Nas eleições de 1947, embora não tenha conquistado nenhum governo estadual, teve resultados positivos nas Assembleias Legislativas. Em 1950, o PTB elegeu Getúlio como presidente do País. No Congresso Federal, ocorreu um aumento significativo: 51 deputados e cinco senadores foram eleitos, dentre eles Alberto Pasqualini, do Rio Grande do Sul. Todavia, na opinião de Angela de Castro Gomes (2002), esses resultados eleitorais, de 1946 até 1954, não fazem do PTB um grande partido na sua fase varguista.

### **O PTB e sua fase reformista**

Como já mencionado, a ala reformista do partido inicialmente é minoritária, desde a sua criação até a morte de Vargas. Neste primeiro período da vida partidária, os getulistas pragmáticos, a ala mais fisiológica, se sobressaem, o partido é deveras marcado pela influência do getulismo. No plano ideológico, a ala doutrinária trabalhista é sua referência intelectual notável. De matiz minoritária na agremiação, os doutrinários passaram a influenciar mais as diretrizes do PTB após a morte de Vargas, em 1954. A sigla caminhou de getulista personalista para reformista, com um trabalhismo pasqualinista, precursor das reformas de base. Na segunda metade da década de 50, paralelamente ao crescimento gradual do partido, o grupo pragmático reformista torna-se, cada vez mais, influente, no final daquela década, seus membros são dos mais influentes. Eles reverenciam os ensinamentos doutrinários de Alberto Pasqualini, mas assumem perfil cada vez mais pragmático reformista, particularmente os jovens membros que ingressam no quadro partidário depois da morte de Vargas. Delgado observa que a partir de 1952, o PTB passa por transformações que mais tarde o levam “a aceitar uma aliança [com o Partido Comunista Brasileiro (PCB)] com a qual havia se oposto desde sua fundação” (DELGADO, 1989, p. 155). É o partido na “rota do reformismo”, os membros dessa ala, nacionalistas convictos, se organizam no “Grupo Compacto” que “defendeu a adoção, pelo PTB, de um programa mais à esquerda, voltado para a defesa das reformas de base” (DELGADO, 1989, p. 205).

Esse movimento do partido e a nova roupagem que ele dá ao trabalhismo, inspira-se também, de alguma forma, em Pasqualini, um dos maiores teóricos do Partido Trabalhista Brasileiro (DELGADO, 1989). A sua história com o partido começa em 1946, quando a União Social Brasileira (USB) – oriunda do Movimento Popular em Favor das Ideias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini – é integrada ao PTB (SILVA, 2012a). A princípio, a USB era oposição ao Estado Novo, apesar de se posicionar a favor da legislação trabalhista e das obras sociais implementadas pelo governo Vargas.

Para o ideólogo, a justiça social era uma necessidade, que deveria ser atendida por meio de um trabalhismo humano e essencialmente cristão. Trabalhismo esse, concebido em um capitalismo solidário, onde o trabalhismo deveria promover reformas sociais para a "eliminação da exploração do homem e da usura social" (BATISTELLA, 2014, p. 50).

O pensamento voltado para um trabalhismo socializante e reformista, que conduzia o partido para uma direção mais à esquerda, levou ao arrefecimento do getulismo e de seu declarado anticomunismo. Nesse cenário, houve a aproximação entre o PTB e o PCB, por meio do movimento sindical (pauta comum entre eles). Sem abdicar de seu projeto revolucionário, mas afastando-se temporariamente dele, o PCB aliou-se ao Partido Trabalhista. Janes (2007, p. 102), então, afirma:

A linha reformista adotada pelo PTB era condizente com a linha programática do PCB, com proposta de mudança social dentro do próprio capitalismo. O PCB entendia que primeiro o país deveria atingir uma primeira etapa ‘democrático-burguesa’ para então atingir seu objetivo: o socialismo. Embora a finalidade de Pasqualini fosse diversa da meta do PCB, a ideia de reformas sociais por dentro do capitalismo era um ponto comum.

Essa união contribuiu para a evolução da relação do PTB com os sindicatos, que não seriam mais meros mecanismo de manobra. A aliança também foi fator importante para a eleição de Juscelino Kubitschek à presidência da República, em 1956. Tais acontecimentos culminariam no fortalecimento de ambos na direção da linha central reformista. Nesse sentido, Delgado observa: “Logo após a morte do Presidente [Vargas], algumas lideranças do PCB, incluindo entre elas Luiz Carlos Prestes, propuseram uma aliança explícita com o PTB e o possível apoio a Juscelino” (DELGADO, 1989, p. 175).

## As reformas de base

Aprofundando um pouco mais sobre a trajetória reformista do partido, valemos da reedição da tese doutoral de Delgado. Em uma revisão (2011) de sua obra *PTB: do getulismo ao reformismo*, publicada originalmente em 1989, Lucília de Almeida Neves Delgado, adentra mais a análises da perspectiva de uma terceira matiz dentro do PTB. A autora apresenta os já aludidos "pragmáticos-reformista", que expressa as lideranças de João Goulart (que assumiu a presidência do partido em 1952) e Leonel Brizola. Essa facção é uma fusão de características dos dois primeiros grupos: nacionalismo e reformismo.

Eles usaram o carisma de Vargas para empreender parte expressiva das propostas socializantes de Pasqualini, adaptando-as ao clima da época. É nesse momento que o partido passa a adotar uma postura coerente com o seu programa. Diferente do período getulista, quando apenas os pontos convenientes – àqueles que cooperassem para a preservação de Vargas e do partido – eram executados.

Ainda na edição original de seu livro, Delgado reconhece que os pragmáticos-reformistas representam o paradoxo enfrentado pelo partido – o continuísmo do varguismo versus o desenvolvimento de um perfil mais reformista e de certo distanciamento daquele mais fisiológico e personalista. A continuidade se revela ao se manter "a estratégia e a marca do varguismo [carisma], [que] jamais se apagou por completo na face e na prática política petebista" (DELGADO, 1989, p. 292), e a descontinuidade se manifesta com uma ideologia que representa a transição de um "PTB para trabalhadores" para um "PTB de massas".

De acordo com Delgado (1989), esse terceiro segmento detinha um caráter educativo, cujo propósito era desenhar uma consciência coletiva. Os meios de comunicação (criação de jornais e de revistas, propaganda impressa e pelo rádio) e contatos estreitos com os sindicatos foram alguns dos recursos de transmissão da mensagem petebista, direcionada à consecução de reformas democráticas e progressistas.

Sobre essa ala, Silva (2012, p.8) observa:

Não se limitando apenas a canalizar e a representar as demandas do seu eleitorado, esta ala esforçou-se por moldar o seu público

em torno de determinados valores e ideias políticas, perseguindo a chamada “reforma moral”, a que se refere Gramsci.

O pesquisador Alessandro Batistella (2014) observa que a facção mais radical dentro dos reformistas pragmáticos vem a ser o “Grupo Compacto”, que ele identifica como ala “reformista radical”, e tem em Leonel Brizola uma de suas principais figuras. Esse agrupamento, como já mencionado, ganhou maior evidência no final dos anos 50 e início dos anos 60, particularmente, durante o governo de João Goulart (1961-1964). Defendiam políticas nacionalistas mais agressivas, como as encampações de empresas estrangeiras. Ainda segundo Batistella, pode-se identificar as ideias reformistas mais intensa dessa ala no desenvolvimento de frentes parlamentares como: Frente Parlamentar Nacionalista, Frente de Libertação Nacional, Frente de Mobilização Popular e a Frente Única.

Na fase de predominância do trabalhismo reformista, o PTB conquistou eleitoralmente duas vice-presidência da República, ambas com João Goulart.<sup>5</sup> Com a renúncia de Jânio Quadros, o vice-presidente João Goulart assumiu o cargo de primeiro mandatário do país e, desse modo, o PTB reconquistou a presidência da República, com Jango, coincidentemente, passou a deter a maior bancada no Congresso Nacional. Nele, houve a retomada da defesa dos pontos mais progressistas de seu programa, o que desembocou no plano das reformas de base.

As reformas eram políticas para superar o subdesenvolvimento e reduzir as desigualdades sociais. Sobre as reformas, Aline Silva (2019, p. 9-10) pondera:

Reforma eleitoral, que pretendia estender o voto aos analfabetos e conceder elegibilidade aos sargentos; Reforma tributária, que, ao colocar a receita federal como instrumento de estímulo ao desenvolvimento, buscava impulsionar a arrecadação do Estado aumentando a carga sobre os impostos diretos (como o imposto de renda), aliviando a carga tributária sobre os produtos e serviços (impostos indiretos) e criando mecanismos para evitar a evasão fiscal; Reforma bancária, com os objetivos de obtenção de um maior controle do fluxo inflacionário e estímulo ao desenvolvimento nacional [...]; Reforma cambial, garantindo o monopólio do câmbio para defender o valor da moeda nacional e controlar o orçamento cambial [...]; Reforma administrativa, que teria como objetivo modificar a máquina administrativa do Estado, ‘simplificando e racionalizando sua organização’[...];

---

<sup>5</sup> Importante lembrar que a Constituição Federal de 1946 estabelecia votação direta para vice-presidente da República nos pleitos eleitorais.

Reforma universitária, visando a democratização da formação científica superior [...]; Reforma urbana, [...] objetivava sanar o problema habitacional nos centros urbanos; Reforma agrária, [...] causaria maior impacto na estrutura econômica do país, por meio da alteração da estrutura da propriedade fundiária.

De acordo com Batistella (2014), a pauta progressista, em especial a reforma agrária, o carro-chefe das reformas, provocou o rompimento do partido com o PSD. O Partido Social Democrático amasiou-se à União Democrática Nacional (UDN) na oposição ao governo Jango.

### **A social-democracia**

A social-democracia (SD) emerge do socialismo, força social e econômica que almejava uma sociedade mais justa dentro de um contexto de transição do sistema de produção feudal para o capitalismo subsequente da Revolução Industrial. A primeira e mais completa experiência social democrática foi a alemã<sup>6</sup>.

Com a junção das ideias socialistas à dialética e à economia política, surge o Socialismo Científico difundido pela Europa, a partir das ideias de Karl Marx e Friedrich Engels. Tal ideário, que incluía a doutrina internacionalista, organizou-se em um movimento que defendia a tomada do poder pela classe operária (PRZEWORSKI, 1988).

O movimento socialista resultou na formação de partidos em todo o continente europeu, com forte apelo eleitoral e constituindo sob diretrizes da Segunda Internacional Socialista (IS)<sup>7</sup>. Na Alemanha, berço do marxismo, é fundado o Partido Social Democrata da Alemanha (Sozialdemokratische Partei Deutschlands – SPD, em alemão), na segunda metade do século XIX. Neste período, a social-democracia passou a abranger todos aqueles que se opunham ao sistema capitalista de produção e buscavam

---

<sup>6</sup> Refere-se aqui à experiência antes da Segunda Guerra Mundial.

<sup>7</sup> As Internacionais: Primeira Internacional – Associação Internacional dos Trabalhadores, criada em Londres no ano de 1864, sob inspiração de Karl Marx e Friedrich Engels. Segunda Internacional: Segunda Internacional Operária e Socialista, Paris, 1889. Segunda e Meia Internacional, União Internacional de Partidos Socialistas, Viena, 1921. Terceira Internacional: Comintern/Komintern, Internacional Comunista, fundada por Lênin, 1919-1943. Quarta Internacional: fundada por Trotsky em 1938.

uma sociedade socialista. Ao final do século XIX, desabrocharam divergências no interior do partido. As discussões pautavam-se em esboçar os caminhos para o socialismo. A respeito desse debate, dois grupos foram estabelecidos: social-democracia marxista e social-democracia reformista (PRZEWORSKI, 1988).

Os marxistas, tendo como expoentes Rosa Luxemburgo e Lenin, acreditavam que a participação do partido e dos trabalhadores por meio das instituições burguesas descaracterizavam o socialismo. Era necessária uma revolução, uma ruptura. Do outro lado, os reformistas, defendiam a democracia e o sufrágio como instrumentos essenciais para a conquista do poder político. Engels (1895 apud CABRERA, 1995, p. 13) compartilhava das ideias de representação das lutas operárias por vias legais:

A ironia da história subverte todas as coisas. Nós, os revolucionários, os subversivos, avançamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a conspiração. Os partidos da ordem – como eles se intitulam – arruinaram-se nos quadros da legalidade criados por eles mesmos.

A democracia como valor fundamental foi, progressivamente, tomando espaço no SPD. Para os social-democratas, a democracia representativa "tornou-se [...] o meio e o objetivo, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, a estratégia e o programa" (PRZEWORSKI, 1988, p. 50).

Os conflitos cresceram e geraram a cisão do partido. Em 1899, o dirigente do SPD e revisionista do marxismo, Eduard Bernstein, quebrou o elo com a perspectiva revolucionária e optou por posicionar-se drasticamente a favor da democracia e das reformas dentro do projeto socialista, numa aliança com os trabalhadores que as desejavam (BERNSTEIN, 1997).

Bernstein ficou conhecido como revisionista, pois questionou alguns conceitos definidos por Marx, como por exemplo: o socialismo como ciência; a ideia de ditadura do proletariado<sup>8</sup>; polarização da luta de classes e a evolução do capitalismo e a teoria sobre as “crises cíclicas”.

Apesar das críticas à Bernstein, o partido social-democrata – incluindo outro líder do partido, Karl Kautsky – aproximou-se das suas ideias: afinal, à medida que a consciência de classes estivesse presente nos trabalhadores e estes, em maioria,

---

<sup>8</sup> Para ele, existia uma contradição entre o socialismo e a evolução pela força. O primeiro era uma evolução histórica, a superação do sistema capitalista após sua exaustão e o segundo, era uma ruptura com a história.



ocupassem as instituições burguesas, o socialismo se tornaria inevitável (PRZEWORSKI, 1988).

O movimento percorrido pelo Partido Social Democrata da Alemanha transitou de uma posição revolucionária para uma posição assumidamente reformista. Bernstein aprofundou seus estudos teóricos na tentativa de conciliar socialismo e liberalismo mediante a defesa da expansão da legislação social e da implementação de reformas graduais, buscando remediar os males do sistema capitalista (PAIM, 2001).

O contato com o socialismo inglês (trabalhismo – *Labour Party* e o fabianismo), no qual o marxismo não predominou, apresentou grande relevância para Bernstein. O socialismo inglês previa: a propriedade coletiva dos meios de produção (nacionalização/estatal); a socialização dos bancos e instituições de crédito; controle estatal e o atendimento às necessidades imediatas dos trabalhadores (PAIM, 2001). Perseguiam um sistema econômico que atuasse, principalmente, em benefício da sociedade. Ou seja, supunham ser viável, por meio das reformas sociais propostas ao legislativo, alcançar à igualdade social e ao mesmo tempo, gradualmente, suprimir a propriedade privada.

Logo, Bernstein encontrou no socialismo inglês a tentativa de sustentação de um “socialismo evolucionário”, realizado por meio de reformas graduais cumulativas. Embora Bernstein atribua sua visão da evolução social à teoria social de Marx, sua concepção linear e orgânica da evolução social e seu elevado otimismo em relação à sociedade mutável, assemelha-se ao que foi encontrado na Inglaterra (PAIM, 2001).

O contexto histórico-social vivenciado nos fins do século XIX e a nova influência redirecionaram o discurso de Bernstein. A ascensão eleitoral da social democracia, a expansão numérica e estrutural do partido e dos sindicatos, a atenuação da repressão política, a promulgação de leis sociais de proteção ao trabalho, o surto industrial e a superação do período de resseção econômica vigente foram vistos pelo teórico político como sinais de que o capitalismo estaria em vias de transformação, dando origem a uma forma social mais aberta e democrática (BERNSTEIN, 1997).

Bernstein, em 1909, apresentou ao partido uma proposta para um novo programa. Entre as ações políticas abarcadas, constavam as coalizões políticas, as cooperativas de consumo e os sindicatos. Ademais, a liberdade de associação, o sufrágio universal democrático, o controle social de produção e a transferência de monopólios

econômicos para o Estado são concebidos como precondições necessárias para a emancipação da classe trabalhadora no âmbito da sociedade capitalista (PRZEWORSKI, 1988).

Com o rompimento definitivo dos dois grupos que dominavam o partido, o termo social-democracia passou a designar:

[...] os movimentos socialistas que pretendiam mover-se rigorosamente e exclusivamente no âmbito das instituições liberal-democráticas, aceitando, dentro de certos limites a função positiva do mercado e mesmo da iniciativa privada (SETEMBRINI, 11ª ed., p. 1188)<sup>9</sup>.

Em suma, respaldando-se no trabalho de Gilney Viana (1980, p. 24-25), é possível pontuar objetivamente as bases da social-democracia europeia:

a) sua origem histórica no movimento operário, donde seu sólido embasamento social e sua força política; b) o desenvolvimento do capitalismo e, principalmente, sua passagem à fase imperialista, possibilitando certas condições materiais mais favoráveis para uma parcela importante da classe operária; c) a continuidade e evolução da democracia burguesa, possibilitando ampla participação sindical e político-parlamentar à classe operária e aos trabalhadores em geral.

### **Os vestígios da social-democracia na América Latina**

Segundo Fernando Henrique Cardoso (1969), na América Latina, em meados do século XX, os primeiros indícios do ideário social-democrata puderam ser percebidos nos populismos da visão cepalina, da Revolução Mexicana (1910 a 1924) e do Batllismo, (movimento político em torno de José Batlle Y Ordenez, presidente da república duas vezes – 1903 a 1907 e 1911 a 1915), no Uruguai.

A Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) queria acelerar a industrialização, para romper com o círculo vicioso do comércio internacional e estimular o mercado interno, por meio da distribuição de renda. Para implementar tais melhorias, era importante modificar condições estruturais. Tendo isto em vista, a Cepal defendia a realização das reformas agrária e educacional.

---

<sup>9</sup> Citação de Domenico Setembrini sobre a Social-Democracia. Verbete do Dicionário de Política, de N. Bobbio. Brasília: Ed. UnB, 11ª ed., vol. 1, 1998.

Na Revolução Mexicana, também houve o anseio pela reforma agrária, lutou-se por reformas eleitorais e pela nacionalização das multinacionais norte-americanas. Seus principais objetivos eram combater a exploração capitalista e as injustiças sociais decorrentes dela.

No Uruguai, Batlle nacionalizou serviços públicos sob domínio do capital inglês. Ele trouxe, ainda, uma intensa legislação trabalhista, desenvolveu projetos para a educação, para a proteção à infância, a favor dos direitos das mulheres e na saúde pública.

Já para José Roberto Cabrera (1995), o Partido Socialista Argentino (PSA) foi o primeiro partido latino-americano a estabelecer uma aproximação sistemática com Internacional Socialista (IS) e por consequência, com o socialismo reformista. A agremiação chegou a promover o "Congresso General Latino Americano del Trabajo", em 1912, em Buenos Aires<sup>10</sup>. Participaram dele delegados do Uruguai, Brasil, Chile e Peru. Mas foi só em 1955 que a IS criou Secretariados Regionais na América Latina, com o PSA, o Partido Socialista Uruguaio (PSU) e o Partido Socialista Popular (Chile) no conselho consultivo.

Em 1961, o Secretariado é encerrado devido aos seguintes motivos: divergências entre a IS e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), pela inclusão da América Latina nos organismos regionais patrocinados pelos Estados Unidos e "necessidade programática dos partidos socialistas latino-americanos de oferecer alternativas não apenas reformistas, mas, principalmente, de caráter anti-imperialista" (CABRERA, 1995, p. 37). A IS retorna o contato com a América Latina apenas em 1976, quando buscou aproximação dos países que batalhavam por independência ou democratização.

## **A social-democracia no Brasil**

---

<sup>10</sup> Cabe mencionar o trabalhismo argentino (peronismo) como mobilizador das massas. Para Mayra Coan Lago (2015), o movimento protagonizado por Juan Domingo Perón baseava-se na soberania política, autonomia econômica e na justiça social. Nele, buscou-se formar uma nova relação entre o trabalho, o trabalhador, a justiça social e governo. A ideia era tornar o trabalhador parte ativa do Estado, com força política para reivindicar seus interesses. A justiça social pautava-se nas melhorias das condições de vida e trabalho como imperativo para o progresso da nação. Para alcançá-la, Perón defendia uma política redistributiva, na qual o Estado atuaria como mediador entre os setores sociais.

Assim como a da América Latina, a história política do Brasil é muito complexa, não podendo, de maneira linear, identificar movimentos políticos e fazer, diante dos acontecimentos, uma projeção relativamente precisa.

No país, o socialismo desponta com a proclamação da República (1889), quando os trabalhadores começaram a se organizar para buscar melhorias, como a paridade nos direitos políticos e sociais. Nesse período, eles passaram a pensar na necessidade de representatividade no Parlamento, para defender seus interesses junto ao poder público. Isso porque o regime republicano era incapaz de gerar o progresso, a igualdade e a democracia prometidos.

O operário devia ser político mesmo reconhecendo que a República não fora geradora do progresso e da igualdade que ele esperava. Por isso era necessário ter representantes no Parlamento, os quais, mesmo em minoria, trariam maior respeito e atenção para os reclamos operários (GOMES, 2005, p. 68).

Em 1902, cria-se o Partido Socialista em São Paulo, seu programa contemplava: um projeto de previdência social; garantias aos trabalhadores; acessos gratuitos à saúde e à educação; impostos proporcionais à renda e participação política. Tais propostas seriam precursoras do Partido Operário Socialista (1909) e o Partido Socialista do Rio de Janeiro (1912). Porém, não lograram êxito em sua empreitada devido à composição social do país, sob domínio das elites oligárquicas, apoiadas pela parcela da sociedade em ascensão. (CABRERA, 1995).

O desprezo pelo verdadeiro significado de democracia representativa, consagra-se como outro fator de impedimento da fomentação do socialismo na Primeira República, herança do positivismo. Tal cenário limitava o movimento operário à luta contra o mandonismo dos patrões, sem aprofundar a questão da implantação da justiça social por meios democráticos.

A Revolução de 1930 carregou consigo ideias de reformas sociais. Contudo, a gestão de Getúlio Vargas respaldada na centralização do poder e no autoritarismo – concretizado com a instauração do Estado Novo – tornou-se obstáculo para o desenvolvimento de transformações estruturais aos moldes da social-democracia.

Ao analisar o contexto histórico republicano brasileiro, Cabrera (1995, p. 39-40) perpassa por alguns pontos, aqui, já retratados, listando os principais motivos para o insucesso do ideal social-democrata no país:

O insucesso obtido na estruturação de uma corrente social-democrata no Brasil, ao menos até o Estado Novo, pode ser explicada por vários fatores: 1) democracia frágil: Não há consolidação de um sistema político sensível às pressões populares e às propostas reformistas de cunho social [...]; 2) Identidade de classe: A recente formação da classe operária brasileira e sua heterogeneidade determinarão os padrões de identidade e conflitos de classe [...]; 3) Reformismo Estatal: A elaboração de um plano reformista, com cunho social, deu-se pelas mãos do Estado, que impôs uma visão assistencial e preventiva [...]; 4) Produtividade: A execução de políticas reformistas de forte cunho social [...] requeria uma política fiscal capaz de financiar tais programas. Dada a baixa produtividade do capital brasileiro, pelo menos até meados dos anos 50, o alcance dessas políticas sociais, mesmo daquelas implementadas por Vargas, era estruturalmente limitado. Além disso, qualquer política social que representasse ganho político às massas ou diminuição dos níveis de lucratividade sempre teve forte resistência do empresariado nacional e do capital estrangeiro.

A avaliação de Cabrera converge com Viana (1980, p. 33), no que tange à necessidade de um capitalismo mais avançado:

[...] se pode constatar que a social-democracia não se espalhou pelo mundo simplesmente porque em todo este processo de sua existência ela respondeu às necessidades do desenvolvimento do capitalismo (monopolista) nos países centrais. Assim, não poderia igualmente surgir e se desenvolver nos países periféricos, onde o capitalismo ainda não saiu dos estágios mais atrasados, muitas vezes compondo com relações pré-capitalistas formações econômico-sociais complexas, e que se mantêm na situação de dominados e explorados por aqueles países centrais.

Segundo Viana (1980), todos esses aspectos, somados à falta de consciência ideológica advinda do próprio proletariado, faz a social-democracia uma questão em aberto no Brasil. Pois o aparato ideológico era oriundo de fora, da intelectualidade pequeno-burguesa, não dos trabalhadores.

### **Algumas convergências entre as proposições das reformas de base petebistas e o ideário social-democrata**

Sobre as proposições reformista do PTB, Moniz Bandeira (1978, p. 40) registra que por volta de 1961, todo o partido “excitado pela emergência das massas e pela

impetuosa necessidade de mudança social, todo o PTB já procurava estabelecer uma identidade ideológica, adquirir contornos doutrinários e programáticos.” Nesse contexto, alguns dirigentes partidários, a exemplo de João Goulart, planejam a realização de um congresso trabalhistas que termina não ocorrendo. Porém, nos seus preparativos, tomou-se iniciativas para traçar “a linha de ação e doutrinação, as diretrizes ideológicas que o Congresso Trabalhista deveria discutir e homologar” (MONIZ BANDEIRA, 1978, p. 41). Essa tarefa foi tomada a cargo pelo então Deputado Federal Francisco de Santiago Dantas e o Professor Hermes Lima, em conformidade com Moniz Bandeira (1978). Era o seguinte o princípio que deveria nortear a mencionada linha partidária, de acordo com Lima, textualmente:

[...] a posição fundamental do Partido é a de um instrumento de reforma, mudança, de superação da estrutura do social brasileira. Não quer o PTB corrigir apenas a estrutura social existente. Quer mudá-la para coisa melhor, favorável à incorporação do povo brasileiro a níveis de educação, produtividade e consumo tão superiores que são, por isto mesmo, diferentes em qualidade e finalidade dos atuais. Por isto, o PTB deve afirmar-se como um partido de esquerda, um partido de massa, como um partido que se dispõe a liderar a transformação da estrutural social brasileira por métodos democráticos, até onde for indispensável ao bem-estar do povo (LIMA, 1961 apud MONIZ BANDEIRA, 1978, p. 41)<sup>11</sup>.

Petebistas e social-democratas alemães na tentativa de alcançar seus objetivos, traçaram seus caminhos e durante o percurso, viram-se obrigados a adotar novas formas de ação. Talvez esse seja um ponto convergente: o processo de transformação no esforço de realizar as pautas dos trabalhadores. Outro ponto, seria a modificação da estrutura social por meio das reformas, dentro das instituições democráticas capitalistas.

Em relação aos social-democratas, como largamente sabido, para que eles pudessem participar do jogo democrático e implementar seus objetivos, julgava-se ser necessário tornar-se maioria. Ao depararem-se com a realidade, os social-democratas optaram por abrir mão de um partido homogêneo em sua expressão classista. "Para ganhar influência eleitoral a fim de alcançar quaisquer objetivos, desde o básico ao mais imediato, os partidos da classe trabalhadora deveriam procurar apoio de membros de

---

<sup>11</sup> Documento elaborado pelo professor Hermes Lima, com o aval de Santiago Dantas e submetido a João Goulart. Esse documento, correspondia à linha de ação política e doutrinária, as diretrizes ideológicas que o Congresso Trabalhista (1961) deveria discutir e homologar a fim de conscientizar a opinião pública sobre a doutrina político-trabalhista.

outras classes" (PRZEWORSKI, 1988, p. 59). Portanto, converteram-se em um partido de massas, do povo. As eleições como instrumento de transformação exigiam, também, ampliação do acesso à democracia.

Assim como os social-democratas, o PTB reformista também passou a desempenhar a condição de um partido de massas. A participação popular tornou-se condição essencial para o desenvolvimento. Para aumentar a participação política no Brasil, a sigla propôs a reforma eleitoral, a fim de contemplar verdadeiramente os interesses da população. A proposta alterava a Constituição de 1946, que impedia o voto dos soldados, cabos, sargentos e analfabetos. Cabe ressaltar que, no início dos anos 60, apenas 21% dos brasileiros detinha o direito ao sufrágio. A ideia defendida por Goulart era que todos maiores 18 anos pudessem votar e ser votados (JANES, 2007).

De acordo com Przeworski, o movimento social-democrata entendia a propriedade privada dos meios de produção como a causa da irracionalidade e injustiça. Ainda que não tenham encontrado vias que atendessem às exigências da prática política, os debates a respeito da nacionalização e socialização de indústrias, principalmente as de base, ganharam corpo e estiveram presentes em vários países (PRZEWORSKI, 1988).

No Brasil, o nacional-desenvolvimentismo e o anti-imperialismo marcaram as políticas e o programa do PTB, e foram, de alguma forma, recepcionados nos governos de Vargas, na presidência da República, de Brizola, no Rio Grande do Sul e, por fim, manifestam-se, também, nas aspirações de Jango ao longo do seu mandato presidencial. A reforma do estatuto do capital estrangeiro, com a lei de remessa de lucros, objetivava o desenvolvimento nacional autônomo a partir da nacionalização de instituições (serviço público, seguro, entre outras) e da ampliação do controle nacional sobre a exploração dos recursos minerais e da energia elétrica (BERCOVICI, 2014).

Quanto aos social-democratas, segundo Przeworski, não tinham um programa político econômico delineado. Encontraram obstáculos para colocar em prática o plano de nacionalização. Com a revolução Keynesiana, em meados da década de 1930, passaram a adotar a teoria como justificativa para o seu papel governamental e para implementar as medidas políticas distributivas. O Estado se transformaria em uma "instituição pela qual a sociedade poderia regular as crises, mantendo o pleno emprego" (PRZEWORSKI, 1988, p. 71). O Estado atuaria como um regulador da iniciativa

privada e assim, poderia atenuar os efeitos do livre mercado, salvaguardava os interesses dos trabalhadores.

Por seu turno, com a reforma administrativa, o governo João Goulart pretendia reforçar o Estado e firmar mecanismos que pudessem contribuir para um maior desempenho nas esferas econômica e social. A proposta contava com "a racionalização dos serviços públicos e a ampliação da participação dos trabalhadores nos órgãos decisórios da Administração Pública" (BERCOVICI, 2014, p. 99).

### **Considerações finais**

Neste trabalho, procurou-se traçar, de forma incipiente, alguns paralelos entre o ideário social-democrata e o do Partido Trabalhista Brasileiro, particularmente quanto ao que reporta aos postulados referentes às chamadas reformas de base. Considerou-se as premissas social-democrata dos primórdios dessa corrente de pensamento (início do século XX) e particularmente o caso da Alemanha e de seu partido social-democrata, o SPD; ou seja, a vertente reformista da social-democracia.

Da breve incursão na história do ideário social-democrata e dos pontos doutrinários e programáticos do PTB e do trabalhismo brasileiro, assim como de sua atuação prática, pode-se levantar as seguintes considerações: que tanto a primeira corrente de pensamento, a social-democrata, como as concepções políticas do trabalhismo brasileiro do PTB defendiam reformas sociais em um contexto democrático, por meio de disputas políticas eleitorais. Ambas tinham compromisso com o sindicalismo e propugnavam justiça social por meio de reformas pela via legislativa, em outras palavras, não insurrecionais. Identificam-se, também, vários pontos convergentes de suas pautas ideológicas, ilustrativamente citam-se: apoio à classe trabalhadora dos estratos mais simples da sociedade, luta ao lado dos sindicatos por melhores condições de vida dos trabalhadores, educação para todos, participação social inclusive alargando o leque de pessoas habilitadas a votar, direito de greve e outros.

Em relação ao contexto brasileiro, pode-se notar a importância da democracia como agente de construção da justiça social. Foi no período de 1945-1964 que o Brasil gozou quicá de sua primeira experiência democrática e, por meio da ascensão de João



Goulart, chegou a flertar (teoricamente) com os princípios da social-democracia europeia.

Aferiu-se da incipiente leitura realizada que não se pode definir o PTB como social-democrata. A própria conjuntura social, política e econômica ameaçou pôr em xeque a democracia, o que impedia uma orientação voltada para a implantação do socialismo no país. No entanto, assim como observado nas percepções da social-democracia europeia, as reformas de base programadas pelo PTB e encampadas pelo governo do presidente João Goulart, objetivavam promover o desenvolvimento do país fortalecendo a economia brasileira na perspectiva nacionalista e diminuir as desigualdades sociais, centrando-se na figura do trabalhador.

Em síntese, a modesta contribuição deste trabalho, recai na incipiente leitura sobre evidências de paralelos entre o ideário social-democrata e o do PTB, que sinalizam para algumas semelhanças entre as reformas de base e o ideário da social-democracia europeia, em uma quadra de um momento histórico dos mais significativos, quando o PTB e o governo de João Goulart estavam tentando promover uma mudança estrutural no social e na economia com vistas a desenvolver o país por meio de reformas estruturais – as reformas de base. Tentativa que sucumbiu a um golpe de Estado que em nome da democracia, instalou uma ditadura.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. *Partido Comunista Brasileiro (PCB)*. In: Abreu, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. Orientadora: Céli Regina Jardim Pinto. 2014. 381 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2014.

BERCOVICI, Gilberto. *Reformas de base e superação do subdesenvolvimento*. REB - Revista de Estudios Brasileños. Universidade de Salamanca em colaboração com a Universidade de São Paulo, vol. 1, n. 1, p. 97-112, seg. semestre de 2014.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário*. Eduard Bernstein; tradução, Manuel Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Instituto Teotônio Vilela, 1997.

BRASIL. LEI CONSTITUCIONAL N 9, de 28 de fevereiro de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-9-28-fevereiro-1945-365005-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 05 de mar. de 2021.

BRASIL. DECRETO-LEI 7.474, de 18 de abril de 1945 (Concede Anistia). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7474-18-abril-1945-452115-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 05 de mar. de 2021.

BRASIL. DECRETO-LEI N° 7.586, de 28 de maio de 1945. (LEI AGAMENON, CÓDIGO ELEITORAL DE 1945). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 05 de mar. de 2021.

CABRERA, José Roberto. *Os caminhos da rosa: um estudo sobre a social-democracia no Brasil*. Orientador: Caio Navarro de Toledo. 1995. C112c. Tese (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: D. Europeia do Livro, 1969.

- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. 2ª Ed. São Paulo: LTR, 2011.
- FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. IN FERREIRA, J. & DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1964)*. In: Abreu, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- FLEICHER, David. *Os partidos políticos*. In AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 303-348.
- GOMES, Angela de Castro. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13 jul. 2002. In Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC / FGV – [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br) Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1280.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1280.pdf). Acesso em 15 de março de 2021
- GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.
- GOMES, Angela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2. (Coleção As Esquerdas no Brasil).
- GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação*. In Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018.
- JANES, Andréia Rezende Peres. *O PTB: entre o Estado e as massas (1960-1964)*. Orientadora: Adriana Pereira Campos. 2007. J334p. 190 f. Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Espírito Santo, 2007.
- LAGO, Mayra Coan. *Trabalhadores do Brasil, mis queridos descamisados: uma (re)invenção sobre os trabalhadores no varguismo e no peronismo*. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação Interunidades em Integração da América Latina. São Paulo, 2015.
- MONIZ BANDEIRA. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- PAIM, Antônio. *Do socialismo à social-democracia*. Rio de Janeiro: 2001. Disponível em:

<http://institutodehumanidades.com.br/arquivos/do%20socialismo%20a%20social%20de%20mocracia.pdf>. Acesso em: 17 de mar. de 2021.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958 (1ªed. de 1948).

PRZEWORSKI, Adam. *A social-democracia como fenômeno histórico*. In: Lua Nova – Revista de Cultura e Política, n. 15, p. 41-81, out. de 1988, São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n15/a04n15.pdf>. Acesso em: 15 de mar. de 2021.

SETEMBRINI, Domenico. *Social Democracia*. In: BOBBIO, Norberto, 1909. *Dicionário de política* I. Norberto Bobbio; Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Trad. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998. Vol. 1. Vários Colaboradores. Obra em 2v.

SILVA, Aline de Vasconcelos. *João Goulart e as Reformas de Base*. In: Textos e Debates – Revista Edição Online: Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, nº 32, p. 5-20, jan./jun. de 2019.

SILVA, Roberto Bitencourt da. *Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista*. Orientador: Jorge Luiz Ferreira. 2012. 290 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2012a.

SILVA, Roberto Bitencourt. *O PTB (1945-1964): Dimensões Pragmática e Educativa*. In: Encontro Regional de História Ofício do Historiador: Ensino & Pesquisa, XV, 2012b, Rio de Janeiro. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio.

VIANA, Gilney Amorim. *Perspectivas da social-democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Opção, 1980.